



2025

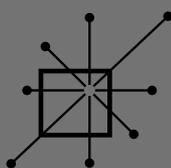
V.18

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Artigo Original

AO

Research Article





História da Historiografia da Amazônia: os Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas na construção de um campo historiográfico regional (1917-1951)

History of Historiography in the Amazon: the Historical
and Geographical Institutes of Pará and Amazonas in
constructing a regional historiographic field (1917-1951)

Lucilvana Ferreira dos Santos Barros

lucilvanabarros@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6188-3546> 

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA, IETU, Faculdade de História, Xinguara/PA, Brasil.

**Resumo**

Este artigo é uma contribuição às historiografias brasileira e amazônica no que se refere ao cenário intelectual das primeiras décadas do século XX, propondo-se a analisar o papel do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) na construção de um campo historiográfico regional na Amazônia de 1917 a 1951. Investiga-se, a partir de revistas, capítulos e artigos, o processo de criação dos institutos históricos da Amazônia e concomitantemente o movimento de especialização disciplinar na região, contribuindo para a construção de um campo historiográfico amazônico. A leitura inicial dos documentos possibilitou compreender que o IHGP e IGHA foram criados frente ao contexto da crise da borracha e por influências republicanas, e os historiadores desses institutos institucionalizaram suas produções a partir de publicações nas revistas dessas instituições, bem como suas narrativas revelaram a preocupação com a construção de uma história das origens amazônicas em diálogo com a história do Brasil.

Palavras-chave

Historiografia. Intelectuais. Regionalismo.

Abstract

This article is a contribution to Brazilian and Amazonian historiographies regarding the intellectual scenario of the early 20th century, proposing to analyze the role of the Historical and Geographical Institute of Pará (IHGP) and the Geographical and Historical Institute of Amazonas (IGHA) in constructing a regional historiographic field in the Amazon, between 1917 and 1951. The process of creating the historical institutes of the Amazon and the concurrent movement of disciplinary specialization in the region, contributing to the construction of an Amazonian historiographic field, is investigated on journals, chapters, and articles. The initial reading allowed us to understand that the IHGP and IGHA were created in response to the rubber crisis and republican influences. The historians of these institutes institutionalized their productions by publishing in their journals, whose narratives revealed a concern with elaborating a history of Amazonian origins in dialogue with the history of Brazil.

Keywords

Historiography. Intellectuals. Regionalism.



Introdução

A criação dos institutos históricos e geográficos na Amazônia representou a institucionalização do conhecimento histórico na região. Afinal, tanto o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP [1900/1917]) como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA [1917])¹, também denominados aqui de IHGs da Amazônia, construíram espaços de reconhecimento político, social e, principalmente, intelectual para seus sócios, pois embora empenhadas em construir o campo historiográfico da Amazônia, essas agremiações não surgiram na contramão da intelectualidade do Sul do país, mas sim em busca de visibilidade e integração. O IHGP e o IGHA foram criados como espaços de difusão do crescente espírito científico da região, congregando uma parcela das elites política, econômica e intelectual de seus estados, e assim surgindo como instituições modernas, capazes de revitalizar o universo intelectual paraense e amazonense. Contudo, apesar de se inspirarem no modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tais agremiações elaboraram feições próprias da região, atuando na construção de um campo historiográfico regional na Amazônia no contexto de 1917 a 1951 ao sistematizar a sua história, escrever, publicar e divulgar narrativas sobre esse espaço.

O IHGB serviu como modelo de organização para os novos institutos criados nas várias regiões do Brasil, como se pode observar no perfil dos estatutos e na estrutura das revistas estaduais do Pará e do Amazonas, cumprindo papel de iluminar as várias instituições congêneres: “assim como Paris iluminava o mundo, o IHGB iluminava o conjunto das regiões brasileiras” (Ferreira e Mahl, 2017, p. 13). Entretanto, essa perspectiva iluminista almejada pelo instituto nacional nem sempre se efetivou por completo, quando se observa melhor o papel exercido pelos estados na formação histórica do país, e os seus projetos políticos e econômicos perante a nação. O movimento intelectual realizado na região amazônica buscava justamente realçar os aspectos regionais por meio das narrativas históricas e da importância da Amazônia para a história nacional. Assim, esse movimento demonstrou a busca dos círculos intelectuais do espaço pela construção de um campo historiográfico amazônico e a integração da história regional na história do Brasil, em que estudiosos do Pará e do Amazonas elaborariam uma historiografia adequada às necessidades das elites políticas e intelectuais das primeiras décadas do século XX.

Manoel Luiz Salgado Guimarães considera os institutos históricos e geográficos consolidados ao longo do século XIX e inícios do século XX no Brasil como instituições por excelência, onde os discursos historiográficos eram produzidos “desempenhando um papel

¹ A nomenclatura oficial é Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, IGHA, ao contrário da maioria dos institutos históricos que surgiram no Brasil nesse momento, que traziam a história antes da geografia.



decisivo na construção de uma historiografia e das visões e interpretações da questão nacional” (Guimarães, 1988, p. 5). Tomando por base as considerações apresentadas pelo autor, busca-se analisar no presente artigo a atuação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas na construção de um campo historiográfico regional na Amazônia, no contexto de 1917 a 1951. Analisa-se o papel desses institutos na Amazônia como sedes de institucionalização da História como conhecimento oficial na região, refletindo acerca do perfil dos historiadores e das narrativas desse campo que circularam na região na primeira metade do século XX.

A partir da análise de documentação oficial dos institutos (estatutos, decretos, discursos), revistas, capítulos e artigos produzidos pelos intelectuais, além do arcabouço teórico-metodológico, pode-se observar, inicialmente, a busca por parte dos historiadores paraenses e amazonenses pela elaboração de uma historiografia pátria regional oficial divulgada por meio de publicações que realçavam narrativas e personagens da história local em diálogo com a história da nação, visando pela integração da história da Amazônia à história do Brasil.

Este artigo dialoga com o conceito de campo do sociólogo Pierre Bourdieu (2012), sobretudo naquilo que importa à compreensão da trajetória da historiografia amazônica a partir da emergência dos institutos citados do Pará e do Amazonas. Ou seja, a noção de campo será enfatizada no trato sobre a formação do campo historiográfico amazônico, aqui compreendido como um microcosmo dotado por suas próprias leis e formado por sujeitos (os intelectuais) e instituições (os IHGs), não sendo o foco nesse momento o estudo das relações de força e lutas neste campo e deste com outros campos dado o tamanho deste texto. Logo, será recorrente neste artigo o uso do termo campo historiográfico (amazônico) para se referir ao processo de formação e institucionalização da produção do saber histórico na Amazônia a partir dos IHGs, ressaltando a emergência desses espaços, os suportes de divulgações oficiais e o perfil das narrativas dos historiadores membros dos institutos.

Além disso, este artigo se insere na área dos estudos de historiografia que refletem a própria história dela, que nesse caso se trata da amazônica a partir dos institutos históricos e geográficos (IHGs). Conforme Guimarães (2011), a história da historiografia alcançou *status* próprio por volta da segunda metade do século XX, momento em que cada vez mais os historiadores se debruçaram acerca dos avanços do saber histórico e das práticas do seu ofício, se dedicando “[...] ao estudo dos diferentes discursos do método histórico e dos diversos modos de escrita da história” (Guimarães, 2011, p. 21).

Neste artigo, a história da historiografia amazônica se volta para instituições (IHGs), publicações (suportes impressos) e narrativas (a própria escrita). Logo, é possível aventar que este estudo pode ser associado a dois tipos de história da historiografia, denominados por Blanke



(2016) como História da disciplina, que se dedica a disciplinaridade da história a partir das instituições, e a História das funções do pensamento histórico, que se debruça sobre as funções sociais da historiografia, o que se revela no caso deste artigo como uma forma de pensar a relação entre as instituições e seus membros e as questões prementes na sociedade amazônica à época, como o contexto de crise econômica da borracha que resultou no próprio processo de criação dos institutos históricos e um movimento de especialização disciplinar, contribuindo para a construção de um campo historiográfico amazônico.

Questiona-se, a partir desse diálogo, como foi constituído o campo historiográfico na região amazônica no contexto de 1917 a 1951? De que maneira os historiadores oriundos do IGHA e IHGP construíram e pensaram a sua própria história, em um contexto em que a região vivia uma grande crise econômica? Quais matrizes teórico-metodológicas orientavam suas ideias, ajudando a sedimentar o campo historiográfico regional?

Metodologicamente, realizou-se uma análise das produções (discursos) dos historiadores dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas no período proposto. Assim, para a avaliação dos discursos de cunho histórico que circularam em Belém e Manaus, considerou-se (dentre outros elementos) o lugar de produção das narrativas, as instituições que os produziram, as redes de poder/saber nas quais os discursos estavam entrelaçados, os tipos de interesses a que estavam vinculados ou, como orienta Michel de Certeau, o lugar social de produção dessas narrativas, o universo institucional a que pertenceram seus autores, o processo de produção (prática de escrita) das mesmas e a natureza de suas escritas (Certeau, 2008).

O presente artigo se encontra dividido em quatro partes: na primeira, dedica-se à parte introdutória do trabalho, contendo a apresentação da temática, os objetivos, as fontes, o referencial teórico e a metodologia utilizada; a segunda, intitulada "IGHA e IHGP: A institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia", tem como objetivo analisar o processo de institucionalização do conhecimento histórico na região por meio da criação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas nas primeiras décadas do século XX; a terceira parte, intitulada "Imprimindo a História regional", analisa a importância das revistas dos IHGs do Pará e do Amazonas para a construção do campo historiográfico regional e de que forma seus discursos contribuíram para a formação de uma tradição de pensamento histórico, instituindo-o como fundamental para o conhecimento da região; a quarta parte, "Narrativas de fundação: a busca pelas origens da Amazônia", apresenta as narrativas fundadoras da História da Amazônia elaboradas pelos intelectuais do IGHA e IHGP, que buscaram demarcar nas revistas dos institutos históricos e geográficos a busca pelas origens da região naquele momento, construindo mitos de fundação, heróis e acontecimentos exemplares.



IGHA e IHGP: A institucionalização do conhecimento histórico na Amazônia

A virada do século XIX para o XX na Amazônia representou a profissionalização do conhecimento histórico na região, sobretudo após a criação dos institutos históricos e geográficos nas duas principais capitais naquele momento: Belém e Manaus. Eles surgiram no alvorecer do século XX e tiveram como princípio o movimento nacionalista emergente no país, que buscava, desde a segunda metade do século XIX, coletar, organizar e divulgar documentos e publicações concernentes à história e à geografia da nação. Em âmbito regional, os institutos históricos que foram surgindo nesse contexto colaboravam para a elaboração da história nacional, reunindo informações de caráter regional e destacando a importância da história dos estados para o cenário nacional.

Na região amazônica, as transformações políticas econômicas e sociais vivenciadas também foram preponderantes para a fundação de associações como os Institutos Históricos e Geográficos e as Academias de Letras. Após o período de ápice econômico vivido entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX face aos lucros advindos da produção da borracha, cidades como Belém e Manaus entraram em crise. As sucessivas baixas nos preços do produto no comércio internacional trouxeram declínio para as oligarquias locais, visto que borracha representava o principal produto econômico desde 1870 para a região amazônica. Assim, os principais institutos históricos e geográficos da Amazônia, bem como alguns da região Nordeste, são fruto de uma elite rural tradicional, porém decadente, e que com a insegurança da nova situação econômica desejava preservar o passado por meio da escrita, como um escudo contra um futuro incerto (Schwarcz, 1993, p. 155).

Foi nesse contexto de crise econômica em Manaus que se deu a criação do IGHA em 1917, e a reinstalação do IHGP após dezesseis anos de inatividade desde a sua criação em 1900. Assim, seguiam-se alguns princípios do pioneiro IHGB, tendo como objetivo estudar e divulgar a Geografia, a História e as Ciências relacionadas, organizando documentos e publicações sobre a História e a Geografia do Brasil e da região amazônica.

O IHGP, fundado em 1900 e refundado em 1917, construiu nesse período um campo historiográfico regional, buscando, de acordo com Aldrin Moura de Figueiredo (2008, p. 167), elaborar “uma nova interpretação da Amazônia na história do Brasil”, pois ao mesmo tempo que se colocou, como seu par nacional, na condição de intérprete e “guardião do passado”, cultuando as narrativas históricas e biográficas de engrandecimento dos grandes vultos e heróis nacionais, não deixou de enfatizar as narrativas e personagens locais e regionais. Destacou-se ainda na produção de narrativas cívico-patrióticas na capital paraense, como se observa no discurso de fundação do primeiro vice-presidente daquela instituição, Henrique Americo Santa Rosa, em homenagem ao IV Centenário do Descobrimento do Brasil:



Assim, como nós hoje, solemnizando a passagem do 4^o centenário de um dos grandes feitos da armada portuguesa, aqui nos vemos reunidos assentando as bases de duas sociedades – o Instituto Historico, Geográfico e Ethnographico e a Academia Paraense, cujo objeto exatamente se refere ao estudo dos nossos feitos e do nosso passado, da nossa origem e da nossa civilização, á systematização histórica do nosso desenvolvimento litterario e scientifico, á coedificação das leis sociológicas que tem obedecido o nosso progresso [...] (Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Pará, Tipografia: Imprensa Official, Belém, Vol. I, 1900, p. 10).

Os historiadores do IHGP e do IGHA, imbuídos de ideias civilizatórias, viam a História como uma das vias de ensinamentos cívico-patrióticos em favor do projeto político de “constituição de um povo e nação na Amazônia e no Brasil” (Ricci, 2007, p. 313), dedicando-se ao mesmo tempo à produção de uma História pátria regional a ser veiculada por meio de livros, artigos, revistas e manuais didáticos que circulariam nos mais diversos espaços nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, o sonho de construir uma ponte cultural entre a Europa e Amazônia foi sendo abandonado com o fim da *belle-époque* e a progressiva decadência da exploração da goma elástica ao final da década de 1910, tornando-se as temáticas regionais cada vez mais presentes.

Desse modo, além de certo “estadualismo”, a virada do século XIX para o século XX na Amazônia representou a emergência de uma ampla gama de narrativas sobre a região. Durante a década de 1920, por exemplo, os intelectuais paraenses realizaram uma releitura da história da Amazônia, almejando a elaboração de uma nova para a região e realocando-a no cenário nacional. Assim, “regional, regionalismo e regionalista serão a partir daí expressões polissêmicas, manipuladas com múltiplos significados, mas que guardavam um sentido comum quando se queria definir uma certa autenticidade à produção literária local” (Figueiredo, 2008, p. 172).

Se em âmbito nacional o conhecimento histórico realizava um forte culto à nacionalidade, com a celebração das efemérides nacionais a exemplo do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, em terras paraenses ganhava destaque a comemoração do Tricentenário da fundação de Belém entre 1915 e 1916, evento que teve grande influência para a reinstalação do IHGP. As comemorações cívicas de 1916 trouxeram à baila, de acordo com Iza Freitas (2007, p. 31), a “necessidade de se criar uma instituição que estivesse empenhada no estudo dos aspectos peculiares da história do Estado do Pará e da Amazônia”, e o IHGP, principalmente a partir de 1917, se tornou uma das mais importantes instituições para a vida intelectual do Estado, atuando como porta-voz da elite letrada da Amazônia.



Como marco histórico e cívico para a reinstalação do IHGP, foi realizado pelos intelectuais o Centenário da Revolução Pernambucana em 1917, ligando os ideais libertadores dos revolucionários de 1817 aos interesses republicanos dos historiadores paraense. Para eles, era necessário fundar as bases da associação, atrelando-a aos ideais republicanos, pois é válido mencionar que o IHGP foi reinstalado sob influência de uma das maiores lideranças republicanas paraenses, o militar Lauro Nina Sodré que ocupava o cargo de governador do Estado, em 1917, sendo inclusive responsável pela primeira fundação do Instituto em 1900. Não é trivial que a maioria das comemorações no âmbito do IHGP era de conotações militares e, sempre que possível, com algum viés histórico relacionado ao republicanismo. Assim, a intelectualidade paraense buscou alinhar a refundação do IHGP com o que estava na ordem do dia nacionalmente, já que a Revolução de 1817 servia ao ideário patriótico naquele momento.

Muitos intelectuais ganharam destaque na capital paraense e amazonense naquele momento, a exemplo da tríade dos “Engenheiros da História” João de Palma Muniz, Henrique Américo Santa Rosa, Ignácio Baptista de Moura, além de Arthur Vianna, Theodoro Braga, Arthur Cezar Ferreira Reis, Anísio Jobim e Agnello Bittencourt. Eram homens de letras, membros da elite que ocupavam postos privilegiados na burocracia estatal ou políticos de renome.

Também se tratavam, ainda, de literatos, advogados, religiosos, médicos, engenheiros etc., carreiras então de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite brasileira, o que Sérgio Miceli intitulou de intelectuais “polígrafos”². Essa geração de intelectuais amazônicos, contrastando com as gerações precedentes de 1890 a 1910 e suas utopias baseadas na riqueza da goma elástica, deram projeção ao regionalismo amazônico, “contrariando uma velha premissa do século XIX, de que a história surgia sempre a partir do centro do poder, das gestas palacianas, do cotidiano da corte” (Figueiredo, 2012, p. 19).

No que se refere à vasta produção historiográfica elaborada por esses intelectuais, muitas obras ganharam destaque na capital paraense. Além da produção das de caráter histórico, foram desenhados mapas, catálogos, relatórios, levantamentos estatísticos e apontamentos bibliográficos, produção ligada ao instituto histórico e geográfico, aos jornais da capital e às revistas literárias e científicas da época.

No outro polo da Amazônia, o IGHA foi difusor de um arsenal de práticas e discursos acerca da História e da Geografia locais, criando e legitimando narrativas sobre a região, e indicando desde o seu início o papel da História como referencial, pois para os intelectuais da instituição,

² Sérgio Miceli utiliza o termo “polígrafo” para descrever o intelectual que desempenhava diversas tarefas ao mesmo tempo e dedicava-se, também, a atividades ligadas ao mundo das letras, produzindo obras históricas, literárias, jornalísticas etc. Ver: MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



“a história é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a escola da vida” (Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus: Tipografia: Secção de Obras da Imprensa Pública, Ano I, Vol. I, 1917, p. 64). O declínio da borracha no Amazonas fez com que a elite manauara se mobilizasse a fim de buscar alternativas eficazes para o estancamento da crise em curso, criando instituições como o IGHA e a Academia Amazonense de Letras (AAL). A imagem da cidade moderna e ostentosa, equiparada a “Paris no meio da Amazônia”, contrastava entre o passado da *belle époque* e o presente de crise econômica em que vivia boa parte da população. Assim, o declínio no sistema extrativista da borracha se tornou uma “área de investigação privilegiada para boa parte do círculo restrito de intelectuais regionais, aspirantes a ocupar uma posição consagrada no âmbito do campo de produção cultural manauara” (Paiva, 2000, p. 52).

Nesse ínterim, as referências “escriturísticas” deixavam de ser a desgastada ideologia da *belle époque* em troca de novos parâmetros intelectuais e temáticos. Desse modo, os escritores de Manaus passaram a almejar a conquista de uma posição destacada no contexto intelectual nacional a partir de suas publicações. Esse diálogo entre os intelectuais do IGHA e as instituições de saber do Sul do País (IHGB, por exemplo) tornaram possível, segundo Marco Aurélio de Paiva (2000, p. 128), “a reunião e a visibilidade de um conjunto de intelectuais, nativos”, responsáveis pela emergência de uma tradição de pensamento social regional que chamou a atenção das principais capitais do país para a Amazônia.

Além disso, a criação do IGHA e da AAL em 1917 e 1918 (respectivamente), tardiamente se comparadas a outras instituições no restante do país, caracterizou-se como uma estratégia “para as oligarquias, locais firmarem-se de alguma forma no âmbito extra-regional” (Paiva, 2000, p. 49), visto a pouca influência política que exerciam em outras espacialidades para além da Amazônia e acrescida com o declínio da borracha, na busca de vislumbrar uma nova alternativa não só econômica, mas também política e cultural para a região em crise e para em particular a cidade de Manaus, inserindo-a em novos contextos nacional e internacional.

Foi nesse período que se assistiu a intensas disputas intelectuais acerca da definição da identidade regional amazônica e em especial, conforme Hélio Dantas (2014), da construção de um cânone de autores e obras essenciais para a compreensão da região amazônica na década de 1930 em diante, a exemplo de *A intelectualidade no Extremo Norte* (1934), de Anísio Jobim, *Intérpretes da Amazônia* (1935), de Péricles Moraes, e *Letras da Amazônia* (1938), de Djalma Batista. Contudo, é válido mencionar que, mesmo o IGHA tendo se espelhado nos princípios teóricos do IHGB, não recepcionou por completo as suas doutrinas. Conforme Lilia Moritz Schwarcz, ainda que tenha pretendido confeccionar uma história unificadora da nação brasileira, a problemática regional acabou por se converter em elemento de entrave para a consolidação de tal projeto homogeneizador (SCHWARCZ, 1993).



A emergência dos institutos estaduais, a exemplo do IGHA e do IHGP, situou-se como imperativo de demonstração das especificidades regionais existentes dentro do quadro mais amplo de confecção de uma história nacional, tendo em vista que a região carecia de ter sistematizada a sua história, “solidificando seus mitos de fundação, ordenando os fatos, buscando homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos” (Schwarcz, 1993, p. 129).

Assim, se em âmbito nacional se assistia à configuração de conhecimentos históricos e geográficos voltados para a missão de fazer conhecer o “passado comum” de uma nação, além de despertar o amor à pátria de seus cidadãos, no Pará e Amazonas esses saberes não se constituíram de forma muito diferente, na medida em que se tornaram vitais para a construção de uma identidade regional ou amazônica tal qual ocorria em Manaus, calcada em uma memória positiva de seu povo e de seus heróis e situando os institutos como lócus privilegiado da *intelligentsia* paraense e amazonense.

O IGHA, fundado em 25 de março de 1917 no prédio do Conselho Municipal de Manaus, teve como primeira diretoria a seguinte configuração: presidente Bernardo de Azevedo da Silva Ramos; Agnello Bittencourt como primeiro secretário, Henrique Rubim como segundo secretário; Vivaldo Palma Lima como orador; e Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt como tesoureiro. Ele surgiu, a exemplo do IHGP, como uma “instituição criada e mantida sob os auspícios do Estado” (Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus: Tipografia: Secção de Obras da Imprensa Pública, Ano I, Vol. I, 1917, p. 45), pois boa parte das arrecadações do instituto advinham do seu patrocínio seguindo a tradição do IHGB, à época de sua fundação no Rio de Janeiro em 1838, com a presença de Dom Pedro II financiando, participando das reuniões e cedendo 75% do orçamento para o funcionamento da instituição (Schwarcz, 1993). No IGHA, a presença do governador Pedro de Alcântara Bacellar ocorria por meio de apoio logístico, cedendo um prédio público para o funcionamento das reuniões, financiando as atividades e indicando o corpo administrativo e as comissões para o devido funcionamento.

No que se refere às áreas e gêneros de produção científica privilegiadas pelo IGHA, elas foram organizadas a partir das quinze comissões dispostas no estatuto da instituição, possibilitando compreender a forma como as várias disciplinas eram percebidas pelo círculo intelectual regional de acordo com critérios científicos predominantes na época. As comissões, compostas por três membros cada uma, representavam uma estratégia política e cultural de valorização dos diversos aspectos da região, até então ofuscados pelo “esplendor” da *belle époque* amazônica durante a economia da borracha. Assim, caberia à comissão de História, por exemplo, “Cooperar para que se escreva a História do Amazonas desde a descoberta do Brasil, e nella colaborar, empregando os meios de serem reeditados todos os trabalhos importantes e raros da



nossa História” (Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus: Tipografia: Secção de Obras da Imprensa Pública, Ano I, Vol. I, 1917, p. 24-25).

Os historiadores do IGHA assumiram uma missão: pensar a cidade e a região, buscando novos caminhos e representações para a região amazônica nos cenários nacional e internacional. O instituto tinha, pois, uma função especial nesse processo: “promover o desenvolvimento das riquezas econômicas do Estado, trabalhar pelo seu progresso e defender os seus direitos e interesses, auxiliando por tal forma a acção dos Poderes Públicos” (Decreto n.º 1.191, de 18 de abril de 1917, Governo do Estado, Manaus, 1917). Dessa forma, o esforço da intelectualidade amazônica significava a construção de um campo intelectual e simbólico capaz de lhe dar voz e elaborar no plano da cultura e das letras uma nova imagem para a região, traçando novos discursos e caminhos para o estado..

Imprimindo a História regional

Ao tomarmos a Historiografia amazônica como objeto de investigação, é imprescindível a análise dos discursos dos intelectuais da região presentes nas revistas dos Institutos Históricos e Geográficos dos Estados do Pará e Amazonas na primeira metade do século XX, pois, como principal veículo de divulgação das ideias científicas nos campos da história e da geografia amazônicas, construíram uma tradição de pensamento sobre a/ na área. Além disso, essas revistas foram fundamentais para que os historiadores locais pudessem divulgar suas produções históricas e, assim, suas narrativas ganhavam visibilidade e respaldo institucional, sobretudo associando o regional e o nacional no interior da discursividade do campo historiográfico amazônico.

Atuando ao lado de outras instituições científicas, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Universidade Livre de Manaus, as Academias de Letras regionais, museus, bibliotecas, revistas educacionais etc., revistas dos Institutos Históricos (IHGs) operaram a veiculação de um conjunto de representações sobre a Amazônia.

As narrativas elaboradas pelos historiadores amazônicos também colaboraram para fundar um pensamento social e científico sobre a região, contribuindo para a construção do campo historiográfico amazônico e, por conseguinte, um ideário oficial acerca desse espaço, com o intuito de explicar aquela realidade social e as possíveis áreas de intervenção do governo central, culpado historicamente pela situação de abandono.

Assim, os sócios imprimiam nesses periódicos as compreensões acerca da história e da geografia amazônicas, publicando ao longo de suas páginas, na primeira metade do



século XX: diversos materiais e trabalhos considerados importantes para a História e a Geografia do Pará e da Amazônia; biografias de nomes considerados exemplares; obras raras a serem republicadas ou resenhadas; atas de sessões; relatórios de atividades realizadas pela instituição; relatórios de governo; conferências proferidas por sócios; homenagens cívicas aos “grandes nomes” da História pátria e amazônica; reprodução de documentos históricos; discursos; palestras; trabalhos históricos; e eventos de natureza política e/ ou militar etc.

De acordo com Pierre Bourdieu (2012, p. 116), o discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada, além de que está fundamentado na materialidade e no conhecimento do grupo a que ele se dirige, ou seja, no reconhecimento e na crença que lhe atribuem os membros do grupo. Contudo, o regionalismo amazônico não foi um caso isolado, pois foi na primeira metade do século XX que ocorreu a construção da identidade regional do Rio Grande do Sul (gauchismo), de Minas Gerais (mineiridade), de São Paulo (bandeirantismo), Paraná (Paranismo), e no Nordeste (regionalismo nordestino) (Pereira, 1996, p. 49-50).

A história regional, portanto, como resultado de um projeto simbólico-identitário, caracterizou-se como um desdobramento da história nacional e se desenvolveu em várias partes do Brasil (em proporções menores). Ao utilizar o regionalismo como objeto de luta e representação, os intelectuais paraenses e amazonenses declararam uma disputa por lugares sociais e intelectuais nos âmbitos local e nacional, ou seja, definiram hierarquias, visibilidades e articulações com as instâncias de poder, na busca por desconstruir a imagem de “corpo estranho” à nação, que historicamente foi atribuída à região amazônica.

Com a fundação dos principais institutos históricos da região amazônica, as revistas se tornaram veículos oficiais de divulgação das narrativas históricas e geográficas consideradas legítimas. A revista do instituto do Amazonas, por exemplo, se propunha a ser: o “repositório de informes e estudos científicos, de caracter geographico e historico, afferentes ao Brasil, sobretudo a este Estado” (Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus: Tipografia: Secção de Obras da Imprensa Pública. Ano I, Vol. I, 1917, p. 3). Apesar de já haver obras publicadas acerca da região amazônica, antes das pesquisas realizadas pelos membros dos institutos históricos, na verdade se tratava de:

Obras esparsas, sem o criterio scientifico dos modernos processos de investigação. O estadista, o medico, o naturalista, todos emfim, sentem-se embaraçados na solução de questões que se ligam ao “habitat” amazonense. Algumas daquellas



produções, deficientes n'uns pontos, estão erradas em outros, o que vem argumentar as dificuldades das pesquisas, quando, na mór parte das vezes, não confirmam a calúnia que pesa sobre o nosso clima e o estado da nossa civilização. Demais, a Geographia e a Historia adquiriram definitivamente a expressão especulativa, que não se encontra nessas velhas narrações de viagens ou nas chronicas dos factos a que se vincularam os nossos antepassados (Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus: Tipografia: Secção de Obras da Imprensa Pública. Ano I, Vol. I, 1917, p. 3-4).

Expressava-se, desse modo, a reafirmação de um processo de especialização disciplinar e a construção de um campo historiográfico amazônico na esteira do processo de institucionalização da História, estabelecida com a criação dos Institutos Históricos e Geográficos do Pará e do Amazonas, os dois mais antigos da região. As publicações nas revistas assumiram um papel fundamental como elemento divulgador dos discursos dos historiadores reunidos em torno dos dois institutos, situando-se como principal meio de visibilidade institucional em âmbitos local, regional, nacional e internacional. Os artigos se tornavam o principal indicador da produção historiográfica amazônica na primeira metade do século XX dada a importância dos intelectuais que estavam em seus círculos, atestando a legitimidade das narrativas, resguardadas pela área da cientificidade.

Foi nessa conjuntura que se assistiu ao processo de disciplinarização da História como ciência no Brasil e a emergência de um gênero literário fundamental: o ensaio sociológico ou histórico. Várias obras de interpretação histórica do país foram publicadas naquele contexto, na busca pela compreensão de aspectos formativos da sociedade brasileira e sua realidade contemporânea. Em um clima de efervescência social e intelectual, questionava-se a posição dos "homens de letras" no país e a importância deles para exporem suas ideias e suas interpretações acerca do presente e do futuro do Brasil, frente ao cenário de mudanças estruturais que ocorria.

A historiografia brasileira da primeira década republicana esteve marcada pela concepção positivista do método histórico, herdeira dos debates e publicações realizadas na segunda metade do século XIX na Europa e recepcionadas no Brasil por um lado; e pela influência de Capistrano de Abreu e sua historiografia revisionista por outro. Contudo, segundo Astor Diehl (1998), a historiografia construída no Brasil a partir da década de 1920 assimilou as várias mudanças emergentes dos campos político, social, econômico e cultural vindas do estrangeiro e dos principais centros de produção histórica do país, e influenciaram as formas de representação da realidade brasileira.



Ademais, as produções intelectual e historiográfica estimulavam os membros da elite brasileira a refletirem sobre as realidades nacional e regional e se libertarem do viés determinista da segunda metade do século XIX, elaborando “novas perspectivas de análise através da objetividade científica” (Diehl, 1998. p. 155). Com isso, almejava-se a construção do Estado Nacional mediante a quebra das antigas oligarquias ainda reinantes da “República Velha”, a serem substituídas por uma nova elite, composta por homens de ciência.

Se no cenário europeu, especialmente na França e Alemanha, a História vinha alcançando status de disciplina desde o século XIX com a criação das universidades europeias. No Brasil, esse projeto foi realizado no âmbito universitário de forma tardia, apenas a partir da década de 1930 com a criação dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a exemplo dos cursos da Universidade de São Paulo, criados em 1934. É estabelecida nesse contexto uma forte crítica ao papel da História e à função social do historiador, ou seja, a forma como a disciplina era produzida, divulgada e ensinada pela escola metódica positivista do século XIX, que privilegiava, de acordo com José Carlos Reis (1994), o estudo de eventos políticos e o papel de homens poderosos, possibilitando a fundação de outra escrita da História.

Além disso, as novas teorias historiográficas vindas na década de 1930 nas missões culturais com estudiosos a exemplo de Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Henri Hauser e Eugène Albertini, construíram novos alicerces teórico-metodológicos no Brasil, criticando as bases do pensamento tradicional positivista, e buscaram novas interpretações para a história nacional, agora fundamentada na procura pelas raízes da cultura brasileira.

A historiografia brasileira dos anos 1920 a 1940 também foi marcada por uma geração de historiadores e cientistas sociais herdeiros da confluência entre os projetos estético e ideológico do movimento modernista, que resultou na busca por novos temas, e fontes, revalorização da temática brasileira e do homem brasileiro, e a integração da história do Brasil à história geral, a exemplo das pesquisas realizadas por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Segundo Astor Diehl, a partir da década de 1920 no Brasil, a historiografia se posiciona em duas diferentes orientações teórico-metodológicas: por um lado, a cultura historiográfica é a dos historiadores sociólogos que, influenciados pelas ideias modernistas, vão aos poucos substituir a história factual por uma história interpretativa da nação brasileira, a exemplo das obras de Oliveira Vianna, *Evolução do povo brasileiro* (1923), *Retrato do Brasil* de Paulo Prado (1928), Caio Prado Júnior com *Evolução política do Brasil* (1933) e Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil* (1936).

Por outro lado, realizava-se uma história tradicional *événementielle*, em que eram privilegiadas as seguintes temáticas:



A história da ocupação territorial, a história administrativa, a história econômica de determinados produtos, como, por exemplo, o açúcar, café, ouro e diamantes; a história de instituições, como a Companhia de Jesus, o exército; a história dos momentos e tensões, como a vinda da corte, a independência do Brasil, entre outros temas; a abolição da escravatura; as biografias das grandes personalidades do império; as revoluções do século XIX e XX, bem como o processo de urbanização (Reis, 1994, p. 175).

A historiografia amazônica da primeira metade do século XX estava mais próxima dessa segunda vertente de interpretação histórica, ainda muito presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em seus congêneres estaduais, a exemplo do IGHA e do IHGP, especialmente na intersecção entre a história regional e a nacional. Os historiadores da Amazônia produziram naquele contexto inúmeros trabalhos de cunho sociológico ou histórico, tentando estabelecer novas interpretações sobre a Amazônia e construir e divulgar uma história oficial da região, ainda bastante desconhecida e considerada distante do centro-sul do país.

De acordo com Jefferson Teles Martins (2015), a categoria “ensaios” compreende todos os trabalhos que não possuem natureza literária de ficção e seguem rigorosos preceitos metódicos de pesquisa, tais como monografias ou estudos históricos, geográficos, sociológicos, genealógicos, folclóricos, biografias etc. Caracteriza-se também pelo esforço de interpretação das realidades nacionais ou regionais, ganhando evidência na Amazônia com a fundação dos institutos históricos e geográficos, considerados como “centros de cultura científica” na região (Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Sessão de Obras da Imprensa Pública, Manaus, 1917, p. 59). As revistas do IGHA e do IHGP tiveram um papel fundamental neste processo enquanto materialização das atividades realizadas pelos intelectuais, destacando-se como espaços organizadores e divulgadores das narrativas historiográficas publicadas pelos institutos e solidificando uma história oficial na Amazônia.

Narrativas de fundação: a busca pelas origens da Amazônia

As três primeiras edições da revista do IHGP (publicadas em 1900) traziam, ao lado dos discursos comemorativos do quarto centenário do descobrimento do Brasil, um quadro intitulado *Monografias Paraenses: os exploradores da Amazônia*. Nele, Arthur Vianna, um dos membros fundadores do IHGP e da Academia Paraense de Letras (APL)³, publicou um longo artigo,

³ Arthur Otavio Nobre Vianna, natural de Belém do Pará (1873-1911), formou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia do Pará.



com o mesmo título, durante as três edições (volumes I, II e III). Nele, o historiador paraense buscou fundar as bases da história da Amazônia, analisando as principais teorias acerca do processo de colonização e descoberta do rio Amazonas. Realizando uma análise histórica das várias teorias apresentadas pelos historiadores franceses sobre a possível presença greco-fenícia no Vale do Amazonas, Vianna se inclina pela via da documentação, afirmando que “a história exige, para subsistir, dados mais sólidos” (Vianna, 1900a, v. 1, p. 48).

Esse autor trouxe uma série de colaborações para a história do Pará, publicando um conjunto de obras que ajudaram a solidificar nas primeiras décadas republicanas o campo historiográfico da região. A prática de leitura dos teóricos europeus e a experiência como diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará lhe prepararam para repensar a história da região e trazer inúmeras contribuições, a exemplo da organização, conforme Magda Ricci, de um dos maiores acervos de livros e documentos da região amazônica, sendo um autor fundamental, ao lado de João de Palma Muniz e Henrique Santa Rosa, para a nova “guinada historiográfica republicana no Pará” (Ricci, 2014, p. 19).

Assim, ao dissertar sobre a formação histórica da Amazônia ao longo das obras, Arthur Vianna delineia um novo lugar para a região na história do Brasil, tornando-a central no processo de exploração desse território, em especial o Pará. Contrariando, portanto, as teorias francesas de colonização da Amazônia, atribui em suas obras e no artigo já mencionado um lugar de destaque para os espanhóis, dedicando de forma inovadora a esses, e não aos portugueses, o título de primeiros descobridores da Amazônia, e por conseguinte do Brasil, como podemos observar na narrativa a seguir:

A flotilha navegou sempre á vista de terra e chegou em 5 de Abril de 1500, a um cabo que Pinson denominou São Vicente [...] sendo esta a ultima terra do Brasil descoberta pelo denodado marinheiro. Eis, em resumo, a descoberta das terras do Pará, que a tradição registrou; Vicente Pinson obteve d’este modo a dupla gloria de figurar nos fastos geraes do Brasil e na historia particular do Pará, como seu verdadeiro descobridor; em face da chronologia, a sua viagem fórma o primeiro marco da historia brasileira (Vianna, 1900a, v. 1, p. 51).

A busca pelas origens da Amazônia se tornou uma prática frequente entre os historiadores amazônicos nesse contexto, e as narrativas históricas, com seu teor científico, tornaram-se essenciais para a construção de um passado comum que unisse em um único lugar os principais acontecimentos dessa parte do país. Além de que a busca pelas origens revela a intenção de forjar



a própria história da Amazônia, integrando-a à história da nação, visto que por muito tempo (até pelo menos o processo de adesão do Pará à independência, em 1823) essa área da Amazônia não fazia parte da história do Brasil pois era separada do país e ligada diretamente a Portugal: era o Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

As narrativas fundadoras e os mitos de origem serviam como balizas para a institucionalização de um sistema de valores que buscava forjar uma história oficial para a região amazônica na busca por engrandecê-la na história da nação, e ao mesmo tempo construir uma identidade para a região. Nesse caso, a identidade em construção estava fortemente atrelada aos valores europeus, e por mais que os portugueses não tivessem sido os primeiros a pisarem em solo amazônico, foram, de acordo com Arthur Vianna, os responsáveis pela civilização dos povos indígenas locais através da catequização jesuítica, havendo, de acordo com esse autor, exploração e tensão no processo de colonização, o que demonstrava uma nova leitura das narrativas lusotropicalistas referentes à colonização amazônica neste contexto.

As narrativas, baseadas em uma historiografia tradicional, buscavam construir um imaginário épico de aventuras, recriando para o leitor as imagens das expedições e dos “atos de heroísmos e bravuras” desempenhados pelos personagens. Assim, ao descrever as cenas da colonização do Pará, por exemplo, Vianna disserta com detalhes sobre os acontecimentos, como podemos observar na citação a seguir:

[...] Conquistando o Maranhão aos franceses, organizou Alexandre de Moura a expedição destinada á conquista e colonização do Pará, e deu-lhe para chefe o capitão Francisco Caldeira Castello Branco. Embarcou-se a tropa expedicionária no dia 25 de dezembro de 1615, em uma caravela, um patacho e um lanchão [...] Seguindo sempre a costa [...] atingiu a expedição, a foz do Tocantins [...] costearam a ilha do Mosqueiro e, depois de transporta a bahia de Santo Antonio, entraram na bahia do Guajará. Mostraram-se os tupinambás pacíficos e decididos a auxiliar os portugueses [...] convidando os viajantes a desembarcarem. [...] Sem recursos para levantar uma bôa fortificação, limitou se a fazer de madeira o forte, que recebeu o nome de Presepio [...], lançando d’este modo as humildes bases da povoação de Nossa Senhora de Belém, que colocou sob o patronato de Nossa Senhora da Graça, venerada em uma pequena capella, erguida dentro do forte (Vianna, 1900b, v. III, p. 289-291).

Assim, a história da fundação de Belém elaborada por Vianna se caracterizou como uma descrição, uma narrativa sequenciada, cronológica e engrandecedora dos acontecimentos



presentes na documentação. Colocando em evidência os “heróis” da colonização, Vianna destaca os “feitos” de personagens como Francisco Caldeira Castello Branco e Pedro Teixeira, evidenciando suas atitudes frente ao projeto colonizador. Assim, ao narrar as expedições comandadas por Pedro Teixeira, por exemplo, expõe os fatos de forma a monumentalizar esse personagem, afirmando que: “Este mesmo Teixeira, que tão relevantes serviços havia já prestado e que tantos prestaria ainda, de modo a fazer jús ao posto de herói mais saliente na conquista do Pará, teve a glória de ser o primeiro a penetrar no bello Tapajós” (Vianna, 1900b, v. III, p. 299).

Manuel Braga Ribeiro, historiador do IHGP, também destaca em seu discurso de celebração da morte de Pedro Teixeira, lido em sessão do IHGP em 1919 e publicado na revista do mesmo em 1920, as aventuras desse personagem que, segundo ele, “atravessou os cinco primeiros lustros de nossa história colonial sempre aorelado pela nobreza de suas acções e pela gloria de suas façanhas” (Ribeiro, 1920, p. 263). Assim, Pedro Teixeira personificava esse lugar de herói, representando um personagem mítico da expedição colonizadora na Amazônia e lembrando-nos o apego dos historiadores amazônicos à *história magistra vitae*, devendo a História imortalizar os sujeitos que pudessem servir como “fonte de exemplos para a vida” (Koselleck, 2006, p. 42).

Outras narrativas colonizadoras tornaram-se presentes nas revistas do IHGP na primeira metade do século XX. Theodoro Braga⁴, por exemplo, em artigo publicado na edição de 1932, intitulado “Assuntos da história do Pará”, buscou esclarecer alguns “pontos ainda obscuros em torno do início histórico da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Grão Pará”, como podemos observar a seguir:

O primeiro diz respeito á data da chegada da expedição portuguesa ao rio Pará, sob o commando do capitão-mor Francisco Caldeira de Castello Branco, com o fim predeterminado da imediata e eficaz fundação do núcleo para a sede e Capitania do Grão Pará. O segundo refere-se á vinda de elementos religiosos fazendo parte integralmente da referida expedição em carácter official, com o fim de socorrer as almas dos expedicionários e de catechisar os selvícolas da região a que vinha a expedição colonizadora (Braga, 1932, p. 81).

No artigo, o historiador paraense, membro fundador do IHGP, busca defender a sua tese de que teria ocorrido a fundação de Belém em 12 de abril de 1616, buscando reafirmar a partir da apresentação de um documento que esse colocaria por terra todas as teorias especulativas acerca da fundação da “cidade guajarina, capital do Pará”. O documento se referia a uma “carta

⁴ Theodoro José da Silva Braga, natural de Belém (1872-1953), formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, e pela Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro.



datada de Lisbôa de 4 de setembro de 1616 e escrita pelo acerbispo de Lisbôa, então no governo do vice-reinado de Portugal, a D. Luiz de Souza” (Braga, 1932, p. 82), em que estaria esclarecida a data da fundação da cidade de Belém do Grão Pará pelo capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco, restando apenas localizar “o original da carta deste capitão, datada de 12 de abril de 1616, e onde o chefe da jornada dá conta de sua chegada ao rio Pará e da consequente fundação da fortaleza” (Braga, 1932, p. 85).

Portanto, havia uma batalha entre os historiadores paraenses na busca por construir as raízes da história do Pará, e venceriam esse luta os historiadores que melhor apresentassem suas argumentações baseadas em documentos e fruto de longas pesquisas em arquivos regionais, nacionais e internacionais. O campo historiográfico amazônico se constituía também a partir de suas disputas internas, pois como aponta Pierre Bourdieu (2012), os campos são formados por sujeitos e instituições que estão envoltas em uma zona de forças e lutas, cujas disputas por lugares e saberes se encontram nessa zona. No caso de Theodoro Braga, ele menciona ter encontrado a citada documentação no Museu Paulista, com o auxílio de Afonso Taunay, filiação historiográfica que servia para legitimar suas argumentações. No que se refere à presença ou não de religiosos na expedição de Castello Branco, Theodoro Braga afirma que:

Não se concebe que uma expedição do valor e do alcance da que commandava Francisco Caldeira de Castello Branco, que vinha ao Pará afim de permanecer definitivamente na conservação e defesa da praça que vinha de se fundar, deixasse de trazer, como um dos elementos primordiais, um religioso sequer com o dever de assistir aos expedicionários e logo depois de cuidar dos selvicolas com que iam tratar os novos colonizadores (Braga, 1932, p. 85).

Theodoro Braga buscava elaborar uma nova versão sobre os acontecimentos fundadores da capital paraense, desconstruindo antigas teorias sobre a história da Amazônia. O trabalho de reescrita da história da região se tornou ainda mais evidente em 1908 com o lançamento, por parte de do Theodoro Braga, do quadro histórico *A Fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, em função desse artista revisar algumas teorias já consagradas acerca da fundação da capital do Pará, a exemplo da representação do forte do presépio em pedra e não em madeira, como defendiam outros historiadores, a exemplo de Arthur Vianna: “Sem recursos para levantar uma boa fortificação, limitou-se (Francisco Caldeira de Castelo Branco) a fazer de madeira o forte, que recebeu o nome de Presepio, em recordação do dia da sahida dos expedicionários para a sua honrosa empresa” (Vianna, 1900b, v. III, p. 289-291).



Além do que, Theodoro Braga buscava com sua tela desenhar uma outra imagem para a Amazônia, e para esse projeto seria necessário, de acordo com Aldrin Figueiredo (2001, p. 89), “fazer ruir algumas correntes e opiniões sobre vários tópicos que se ligam à fundação da cidade de Belém”.

De acordo com Figueiredo, a pintura da tela de Theodoro Braga, juntamente com a publicação do livreto explicativo da imagem por parte do artista, representou o esforço do pintor-historiador em solidificar uma identidade amazônica, pois “como uma espécie de episódio embrionário, o retrato da fundação de Belém era, por si só e por isso mesmo, um mito fundador da identidade nacional na Amazônia” (Figueiredo, 2001, p. 87). Figueiredo considera que Theodoro Braga reescrevia a história pela pintura, pois revisava os escritos antigos e reapresentava uma narrativa em imagem pictórica, visto que a narrativa de fundação do Brasil passava pela história do nascimento da capital do Pará.

Com o fato de haver colocado dois religiosos na cena de fundação, mesmo em virtude dos pares de Theodoro Braga defenderem a tese de que o primeiro (o padre Manuel Figueirôa de Mendonça) teria chegado a Belém apenas em outubro de 1618, este historiador intencionava legitimar sua narrativa sobre a fundação através da apresentação de um longo documento no corpo de seu artigo. Tratava-se de uma “folha de pagamento annual, feita no Brasil, dos respectivos honorários, congruas e soldos aos funcionarios da justiça, fazenda, dos religiosos e militares em todo o Brasil, por capitania” (Braga, 1932, p. 86).

Para Theodoro Braga, a “clareza transparente dos documentos citados” e confirma que tudo se passou antes da chegada do mencionado padre em outubro de 1618, não sendo ele o primeiro religioso chegado a Belém do Grão Pará segundo esse historiador. Apresentados os documentos, “não valem commentarios” (Braga, 1932, p. 89), ou seja, para Theodoro Braga, no que se refere à fundação de Belém, vale máxima positivista “os documentos falam por si”, a história “existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos” (Reis, 1996, p. 13).

A partir do IGHA, os historiadores manauaras também buscavam as raízes históricas da região, destacando os principais acontecimentos enaltecedores de seus precursores. No artigo intitulado “*Ajuricaba*”, por exemplo, publicado pela revista do IGHA em 1932 e de autoria do professor Manoel de Miranda Leão, sócio do IGHA, sendo dedicado ao seu sócio Arthur Cezar Ferreira Reis⁵, observa-se o misto de narrativa fundacional, com a heroicização da figura indígena

⁵ Arthur Cezar Ferreira Reis, natural de Manaus (1906-1993), formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Historiador amazonense, foi o segundo maior colaborador na História Geral da Civilização Brasileira organizada por Sérgio Buarque de Holanda na década de 1970, e autor de quase meia centena de livros sobre a História da Amazônia. Ver: DANTAS, Hélio. Arthur Cezar Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.



como uma marca da nacionalidade, e a busca do passado histórico da região transmitida em linguagem positivista, como podemos observar na narrativa a seguir:

Ajuricaba é o expoente máximo da glória amazonense. Tudo o revela como um homem varonil: a sua energia máscula, a sua heroica temeridade, o seu carácter altivo e independente. Tudo nelle exalça o patriota: o amor á sua raça, o afeto ao seu torrão natal, o seu civismo a unificá-lo á sua nação. Elle é um modelo, é um exemplo. Na phraseologia de um talentoso escritor – foi elle o Ajuricaba – o unico amazonense das eras coloniais, que, coberto de gloria, ultrapassou os humbraes da lenda; nós, porém, certificamos que foi o único chefe indígena – que com altivez e denodo, melhor soube honrar a sua raça e glorificar a sua terra natal – o rio Negro (Leão, 1932, p. 5).

A narrativa do sócio Manoel de Miranda Leão busca responder uma disputa histórica de memória construída acerca do “lendário herói” da colonização amazônica, o guerreiro indígena Ajuricaba, e rememora o episódio das guerras portuguesas contra os índios Manao durante a primeira metade do século XVIII. De acordo com Décio Guzmán, esse “episódio dos conflitos entre os índios Manao e os portugueses ficou cristalizado na historiografia do início do século”, e se destaca nas narrativas oficiais dos intelectuais do IGHA como um “episódio fundador da ocupação colonial do rio negro no século XVIII (Guzmán, 1997, p. 123). A obra *História do Amazonas*, de Arthur Cesar Ferreira Reis e publicada em 1931, um ano antes do texto de Manoel de Miranda Leão, traz em um de seus capítulos essa defesa pelo “herói indígena amazônico” e se tornou uma das obras representativas dos princípios do IGHA nesse momento, escrita com base em alguns pressupostos metodológicos do IHGB, especialmente no que concerne ao patriotismo e ao civismo.

No seu capítulo também intitulado *Ajuricaba*, publicado inicialmente na *Revista Redenção* de Manaus em 27 de junho de 1931, e no mesmo ano republicado em sua obra *História do Amazonas*, Arthur Reis, dialogando a partir de cartas régias, diários de viagens, ofícios, Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará, e o documento elaborado pelo abolicionista Joaquim Nabuco acerca dos limites entre Brasil e Guiana publicado em 1903 “*Question des limites du Brésil et de la Guyane anglaise. Soumise à l’arbitrage de Sa Majesté le Roi d’ Italie*”, reafirma a construção heroica de Ajuricaba, defendendo-o da acusação de ser um traidor aliado dos holandeses. Segundo o historiador amazonense:

Ajuricaba, que chefiava os Manaus, contra os quais se tomavam em Surinã tamanhas medidas de hostilidade, foi aliado dos holandeses? A acusação,



percebe-se, foi arranjada para que em Portugal houvesse fácil aprovação à guerra, pretendida, quase que exigida pelos sertanistas e comerciantes, impedidos de lucros avultados enquanto os Manaus estivessem em armas. "Ajuricaba, escreveu Joaquim Nabuco, é um nome inteiramente desconhecido dos holandeses, seus pretensos aliados. [...] A acusação era a melhor que os sequiosos traficantes podiam empregar para obeterem a autorização régia para as suas guerras de escravização; por isso a levantaram". [...] Ajuricaba [...] [era] "um herói entre os índios", esperando, segundo a lenda, ainda hoje, entre os seus Manaus, para redenção da raça, foi, assim, um guerreiro ilustre, dos primeiros a batalhar pela liberdade na América. Este o título a que tem direito (Reis, 1931, p. 102).

Assim, Arthur Reis (re)inventa a imagem do guerreiro indígena Manao, reelaborando a versão acerca do conflito entre os índios Manao e os portugueses. Segundo Décio Alencar Guzmán (1997), essa releitura elaborada pelos intelectuais do IGHA no início do século, e em especial por Arthur Reis, está associada a uma influência do indianismo romântico brasileiro na historiografia amazônica dos anos 1930, através da qual serão solidificadas as origens do homem amazonense. Através desse movimento, os sócios do IGHA estariam realizando uma dupla missão na historiografia regional: realçar a vitória portuguesa e resgatar a origem cívica do homem amazônico, nesse caso representada por Ajuricaba como homem nativo da região.

Ainda de acordo com Guzmán, o conflito entre os índios Manao e os portugueses representa um "episódio fundador da ocupação colonial do rio negro no século XVIII" (Guzmán, 1997, p. 123). Assim, a intenção de Reis não era apenas elevar a imagem heroica de Ajuricaba, mas enfatizar através dessa narrativa heroica a conquista portuguesa no rio Negro", valorizando os esforços dos europeus conquistadores, numa clara alusão ao elogio da colonização portuguesa na região. Assim, o historiador amazonense interpreta os acontecimentos da primeira metade do século XVIII influenciado por uma historiografia positivista, romântica em termos indianistas e nacionalistas, matrizes ainda presentes nos quadros do IGHA, do IHGP e do IHGB da primeira metade do século XX.

As narrativas colonizadoras se tornaram ainda mais presentes nas revistas do IGHA por ocasião das comemorações do centenário da elevação da antiga vila de Manaus à categoria de cidade, com o nome de cidade da Barra do Rio Negro (1848-1948). Nessa empreitada, historiadores manauaras, a exemplo de Anísio Jobim e Agnello Bittencourt⁶, empenharam-se

⁶ Manuel Anísio Jobim, natural de Anadia, Estado de Alagoas (1879-1971), formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife. Agnello Uchôa Bittencourt, natural do Amazonas (1876-1975), atuou como geógrafo, historiador e jornalista, e foi um dos fundadores e presidente do IGHA durante os anos de 1931 a 1950.



na escrita da história da fundação de Manaus, buscando as origens da cidade, na tentativa de reafirmar a importância desse lugar para História da Amazônia e a História do Brasil. A exemplo dos historiadores do IHGP, Jobim e Bittencourt, a partir de Manaus, buscaram construir narrativas épicas e engrandecedoras do processo de colonização, descrevendo os eventos de fundação de Manaus como verdadeiras odisséias realizadas por seus colonizadores como podemos observar na narrativa a seguir:

O descobrimento do rio Negro deve-se a Francisco de Orelana, um dos grandes capitães da expedição de Gonçalo Pizarro, que partiu de Quito, no Perú, no Natal de 1539, à procura do País da canela e do Dourado. [...] Adiante defrontaram um rio de estranha largura e grande profundidade – o Marañon, cuja a corrente turbilhonante desceram curiosos e admirados. A 3 de Junho de 1542 passaram pela boca do rio Negro, sendo por consequência Orelana o seu descobridor [...]. Um século depois esteve na baía do rio Negro o grande capitão Pedro Teixeira. Adiante, na foz do Nhamundá, o destino reservou-lhes uma surpresa. Mulheres varonis crivaram os bergantins de flexas em combate cerrado. Tal o assombro de Orelana que o rio que recebera de início seu nome, – rio de Orelana, passava agora a denominar-se, nome dado por ele mesmo, evocando as mulheres guerreiras da Asia, Rio das Amazonas (Jobim, 1948, p. 7-8)

Encena-se nesse caso um mito fundador, em que os historiadores paraenses e amazonenses fixaram os sentidos da colonização amazônica, monumentalizando-a na História da nação. De acordo com Marilena Chauí, a fundação, diferentemente da formação, se refere a um momento passado imaginário, concebido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, buscando instaurá-lo além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca, já “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (Chauí, 2000, p. 9-10).

Considerações finais

A partir das reflexões realizadas acima, observamos que a História construída tanto pelos historiadores do IGHA quanto do IHGP na primeira metade do século XX consistia em narrativas de acontecimentos que privilegiavam a história dos eventos políticos e militares presentes na documentação, tomando as fontes como discursos considerados imparciais



e objetivos. Aos historiadores caberia tão somente a missão de resgatar os documentos de maneira passiva, tomando-os como verdade sobre os acontecimentos, e não como um indício sobre o passado vivido.

Os historiadores do IGHA e do IHGP buscaram construir e legitimar suas narrativas como oficiais, demarcando o campo historiográfico regional e a identidade intelectual amazônica, e consolidando os círculos intelectuais da região e a integração desses à historiografia nacional. Assim, os intelectuais desses institutos buscavam construir uma associação que levasse as narrativas amazônicas para os quadros da historiografia nacional, instituindo-as como fundamental para o “conhecimento dos fastos regionais, como contribuição do Pará à Historiografia Brasileira” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1939-1951. Vol. XII).

Dessa forma, a escrita da história elaborada por esses historiadores instituiu, ao mesmo tempo, um marco zero para a história da região, fundando as datas, os fatos e as personagens principais da história amazônica, e também sua própria história como historiadores oficiais das narrativas locais, estabelecendo o IGHA e o IHGP como espaços autorizados de fala sobre a fundação da região. Todavia, a história da Amazônia elaborada por eles era realizada segundo os métodos historicistas, privilegiando fontes e narrativas tradicionais frutos de um passado “glorioso” e repleto de grandes homens e grandes feitos, fabricando os heróis da história local na busca de instituir os exemplos para os leitores.

Os historiadores do IGHA e do IHGP reiteravam sistematicamente suas narrativas de fundação ao longo dos textos das revistas, a fim de torná-las verdadeiras pela prática da repetição e reafirmando as origens de uma região que, por almejar ser grande na história do Brasil, necessitava de uma origem lendária e imortal. Ao fundarem a História da Amazônia, fundavam também os historiadores da região, instituindo os círculos intelectuais que seriam responsáveis por elevar o Pará e o Amazonas para além das fronteiras regionais e nacionais.

Referências

BLANKE, Horst Walter. Para uma Nova História da Historiografia Teoricamente Orientada. IN: MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita: teoria e história da historiografia**. 2. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, Theodoro. Assunptos da História do Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, RIHGP, Belém, p. 80-92, 1932.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 65-119.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DANTAS, Hélio. **Arthur César Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.



- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Edipuf, 1998.
- FERREIRA, Antônio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (orgs). Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros. In: FERREIRA, Antônio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (orgs). **Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira**, Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 7-19.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os novos e o centenário: arte, literatura e efeméride no Pará dos anos 20**. **Revista de Estudos Amazônicos**, Vol. III, nº 2, 2008, p. 165-183.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Os Vândalos do Apocalipse e outras histórias: Arte e literatura no Pará dos anos 20**. Belém: IAP, 2012.
- FREITAS, Iza Vanesa Pedrosa de. **O Patronato das Letras: Cultura e Política no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1930 – 1937)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUIMARÃES, L. M. P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: GUIMARÃES, L. M. P.; GONÇALVES, M.de Almeida; NEVES, Lucia M. B. P. das; GONTIJO, Rebeca. (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2011.
- GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. **História de Brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (Sécs. XVIII- XIX)**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- JOBIM, Anísio. A data do centenário: esboço histórico. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Manaus, Imprensa oficial, 1948.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEÃO, Manoel de Miranda. Ajuricaba. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, ano II, volume II, p. 5-10, 1932.
- MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2015.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR), Curitiba, 1996.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Tipografia Reis, 1931.
- REIS, José Carlos. **A História: entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e tempo histórico**. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, Ano I, Vol. 1, 1917.
- REVISTA do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus: Tipografia: Secção de Obras da Imprensa Pública. Ano I, Vol. I, 1917. REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1939-1951. Vol. XII.
- RIBEIRO, Manuel Braga. Pedro Teixeira: esboço biográfico, 1920. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, p. 263-274, 1920.
- RICCI, Magda. Folclore, literatura e história: a trajetória de Henrique Jorge Hurley. FONTES, Edilza Joana de Oliveira; NETO, José Maia Bezerra (orgs.) **Diálogos entre história, literatura & memória**. Belém: PakaTatu, 2007. p. 309-328.
- RICCI, Magda. Os primeiros livros didáticos republicanos de história do Pará: o patriotismo e a construção da memória. In: Marcio Couto Henrique (orgs.), **Diálogos entre História e Educação**, Belém: Editora Açai, 2014. p. 13-33.



SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

VIANNA, Arthur. Monographias Paraenses: os exploradores da Amazônia. **Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Pará**, Tipografia: Imprensa Official, Belém, v. 1, p. 45-58, 1900a.

VIANNA, Arthur. Monographias Paraenses: os exploradores da Amazônia. **Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Pará**, Tipografia: Imprensa Official, Belém, v. III, p. 282-306, 1900b.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Biografia profissional

Professora do Curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- Unifesspa. Professora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST)/Unifesspa. Doutora em História Social da Amazônia-PPHIST-UFPA. Coordenadora de Estágio Supervisionado do Curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Líder do Núcleo de Estudos em História da Amazônia, História Regional e Ensino de História /IETU-UNIFESSPA. Tem interesse nas seguintes áreas temáticas: Ensino de História; Livros didáticos; Gênero, etnia e identidades; Historiografia; Intelectuais; História da Amazônia; História do Nordeste; História Local e Regional; História do Brasil Republicano.

Endereço para correspondência

Instituto de Estudos do Trópico Úmido/ IETU, Faculdade de História. Rua Alberto Santos Dumont, s/n, Residencial Jardim Universitário, Xinguara-PA, CEP:68557-335, Brasil.

Financiamento

Não se aplica.

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Modalidade de avaliação

Duplo-cega por pares.

Contexto de pesquisa

O artigo deriva da tese "Entre a nação e a região: os institutos históricos e geográficos do Pará e do Amazonas na escrita da História do Brasil, a partir da Amazônia (1917-1953)", orientada pelos Professores doutores Aldrin Moura de Figueiredo e Magda Maria de Oliveira Ricci. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2023.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.



Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Martha Rodriguez - Editora executiva

Direitos autorais

Copyright © 2025 Lucilvana Ferreira dos Santos Barros

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Histórico de avaliação

Data de submissão: 31 de agosto de 2023

Data de alteração: 22 de maio de 2024

Data de aprovação: 04 de junho de 2024

